

Questão	Disciplina	Nível	Pergunta	Alternativa A	Alternativa B	Alternativa C	Alternativa D	Alternativa Correta
1	DIREITO	Superior	Esse princípio enuncia a ideia de que as competências administrativas só podem ser validamente exercidas na extensão e intensidade coerentes ao que realmente seja demandado para o cumprimento da finalidade de interesse público a que estão atreladas. Trata-se do Princípio da	Impessoalidade.	Razoabilidade.	Moralidade.	Finalidade.	B
2	DIREITO	Superior	Sobre os atos administrativos, é correto afirmar que	é o mesmo que fatos da administração.	a vontade tem relevância quando discricionários.	não podem ser anulados, somente revogados.	não têm presunção de legitimidade.	B
3	DIREITO	Superior	Os poderes administrativos são classificados em poder vinculado e poder discricionário. Sobre o assunto, selecione a alternativa correta.	Se a lei determina a atuação em um caso específico, o ato é discricionário.	O Poder Vinculado só pode ser anulado pelo judiciário.	Não há poder vinculado quando a autoridade, ante determinada circunstância, é obrigada a tomar decisão determinada, pois sua conduta é ditada previamente pela norma jurídica.	Toda vez que a lei se utiliza da expressão "de acordo com o juízo de conveniência e oportunidade" estará enfocando o poder discricionário.	D
4	DIREITO	Superior	Sobre os bens públicos, analise as assertivas abaixo: / I. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno. / II. São bens públicos apenas os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças. / III. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião. / Estão corretas	I e III, apenas.	II e III, apenas.	I e II, apenas.	I, II e III.	A
5	DIREITO	Superior	Vigia e controla, na forma da lei, os dispêndios oriundos das licitações, contratação de pessoal e demais atos da Administração que envolvam o erário, tal como ocorre com as demais entidades públicas. Trata-se do	Poder Legislativo.	Poder Judiciário.	Tribunal de Contas.	Ministério Público.	C
6	DIREITO	Superior	Sobre os bens públicos, é correto afirmar que	consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.	são classificados como de uso especial edifícios a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, exceto os de suas autarquias.	os dominicais não podem ser alienados.	seu uso comum só pode ser gratuito.	A

Questão	Disciplina	Nível	Pergunta	Alternativa A	Alternativa B	Alternativa C	Alternativa D	Alternativa Correta
7	DIREITO	Superior	Em conformidade com o artigo 3º da Constituição Federal, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, EXCETO	construir uma sociedade livre, justa e solidária.	promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.	garantir o desenvolvimento nacional.	cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.	D
8	DIREITO	Superior	Selecione a alternativa em conformidade com o artigo 5º da Constituição.	A todos, exclusivamente no âmbito judicial, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.	Não será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.	Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.	O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, em qualquer hipótese.	C
9	DIREITO	Superior	São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: / I. licença-paternidade, nos termos fixados em lei. / II. proteção em face da automação, na forma da lei. / III. igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso. / É correto o que se apresenta em:	I e II, apenas.	II e III, apenas.	I e III, apenas.	I, II e III.	D
10	DIREITO	Superior	Análise as seguintes afirmações: / I. São brasileiros os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil. / II. São naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de dez anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira. / É correto afirmar que	as duas assertivas estão corretas.	somente a segunda assertiva está correta.	a segunda assertiva estaria correta se no lugar de "dez anos" estivesse "quinze anos".	as duas assertivas estão incorretas.	C
11	DIREITO	Superior	Compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão: / I. os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. / II. os portos marítimos, fluviais e lacustres. / III. os serviços de transporte rodoviário intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros. / É correto o que se apresenta em:	I e II, apenas.	II e III, apenas.	I e III, apenas.	I, II e III.	A

Questão	Disciplina	Nível	Pergunta	Alternativa A	Alternativa B	Alternativa C	Alternativa D	Alternativa Correta
12	DIREITO	Superior	Em conformidade com o art. 93 da Constituição Federal, Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados alguns princípios, dentre eles, promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendendo ao seguinte:	é obrigatória a promoção do juiz que figure por duas vezes consecutivas ou três alternadas em lista de merecimento.	é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou alternadas em lista de merecimento.	a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta.	na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de um terço de seus membros.	C
13	DIREITO	Superior	Cessará, para os menores, a incapacidade: / I. pelo casamento. / II. pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com quatorze anos completos tenha economia própria. / III. pela colação de grau em curso de ensino superior. / É correto o que se apresenta em:	I e II, apenas.	I e III, apenas.	II e III, apenas.	I, II e III.	B
14	DIREITO	Superior	Sobre os registros públicos, é INCORRETO afirmar que	serão registrados os nascimentos, casamentos e óbitos.	será registrada a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.	será registrada a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.	será registrada a interdição por incapacidade somente se for absoluta.	D
15	DIREITO	Superior	Têm domicílio necessário: / I. o incapaz. / II. o servidor público. / III. o aposentado. / É correto o que se apresenta em:	I e II, apenas.	I e III, apenas.	II e III, apenas.	I, II e III.	A
16	DIREITO	Superior	Sobre os bens, selecione a alternativa correta.	Bens móveis destinados à alienação são considerados fungíveis.	Perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.	Consideram-se móveis para os efeitos legais os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.	São consumíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.	C
17	DIREITO	Superior	Selecione a alternativa em conformidade com o disposto na Constituição Federal.	A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, indeterminado.	No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.	A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico mesmo se for relativa.	Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia não interpretam-se estritamente.	B

Questão	Disciplina	Nível	Pergunta	Alternativa A	Alternativa B	Alternativa C	Alternativa D	Alternativa Correta
18	DIREITO	Superior	No que se refere aos defeitos do negócio jurídico, é correto afirmar que	o falso motivo só vicia a declaração de vontade quando não expresso como razão determinante.	o erro de cálculo não autoriza a retificação da declaração de vontade.	a transmissão errônea da vontade por meios interpostos não é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.	o erro não prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.	D
19	DIREITO	Superior	Não corre a prescrição: / I. entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal. / II. entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar. / III. contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios. / É correto o que se apresenta em:	I e II, apenas.	I e III, apenas.	II e III, apenas.	I, II e III.	D
20	DIREITO	Superior	No que se refere à jurisdição e ação, é INCORRETO afirmar que	a jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional.	ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.	é admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.	para postular em juízo basta ter interesse.	D
21	DIREITO	Superior	Sobre os atos processuais, é correto afirmar que	as partes poderão exigir recibo de petições, arrazoados, papéis e documentos que entregarem em cartório.	serão realizados em dias úteis, das 7 (sete) às 17 (dezessete) horas.	a prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 20 (vinte) horas do último dia do prazo.	na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 2 (duas) semanas.	A
22	DIREITO	Superior	Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação:	que verse sobre direito real imobiliário, mesmo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.	resultante de fato que diga respeito a ambos os cônjuges ou de ato praticado por eles.	fundada em dívida contraída desde que por ambos os cônjuges e a bem da família.	que tenha por objeto a constituição ou a extinção de ônus sobre imóvel de ambos os cônjuges, obrigatoriamente.	B
23	DIREITO	Superior	Suspende-se o processo, EXCETO	pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.	quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos de navegação de competência do Tribunal Marítimo.	pelo parto ou pela concessão de adoção, quando a advogada responsável pelo processo não constituir a única patrona da causa.	pela arguição de impedimento ou de suspeição.	C
24	DIREITO	Superior	Se o autor de herança não possui domicílio certo, é competente:	havendo bens imóveis em foros diferentes, o que apresentar a maior parte deles.	o foro de situação dos bens imóveis.	não havendo bens imóveis, o foro do local de qualquer um dos herdeiros.	havendo bens imóveis em foros diferentes, o que apresentar menor distância aos herdeiros.	B

Questão	Disciplina	Nível	Pergunta	Alternativa A	Alternativa B	Alternativa C	Alternativa D	Alternativa Correta
25	DIREITO	Superior	De acordo com a Lei nº 10.259/2001, compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de _____ salários mínimos, bem como executar as suas sentenças. / Selecione a alternativa que preenche corretamente a lacuna acima.	vinte	trinta	cinquenta	sessenta	D